



Ensino de história na escola do campo e as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo – DOEBEC.

Letícia G. Rieger *

Paola Ávila Pinto **

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo relacionar as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo – DOEBEC, com o cotidiano de uma escola rural da cidade de Rio Grande, no distrito do Taim. Relacionando as vivências escolares da Escola M. E. F. Maria Angélica Campello Leal, através de entrevista com a Professora de História e nossas experiências através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, PIBID- História FURG, com o DOEBEC. Este documento traz diretrizes básicas a serem observadas nas escolas rurais, e também que o poder público deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. Prevê também, que as escolas rurais devem ter uma gestão democrática, estabelecendo um diálogo entre a escola e a comunidade, com uma abordagem solidária e coletiva para os problemas do campo. Buscamos contrapor com a realidade encontrada nas escolas rurais, historicamente abandonadas.

Palavras-chave: Educação no Campo. Doebece. Ensino de História.

Abstract:The present work aims to relate the Operational Guidelines for basic education in the rural schools - DOEBEC, with the daily life of a rural school in the city of Rio Grande, in the district of Taim. Relating the school experiences of the School M. E. F. Maria Angelica Leal Campello, through interviews with a teacher of History and our experiences through the Scholarship Program Initiation to Teaching (PIBID) – History FURG, with DOEBEC. This document provides basic guidelines to be observed in rural schools, and also that the government should guarantee universal access of rural people to Basic Education and Professional Education Technical. It also provides that rural schools should have a democratic

* História Licenciatura - Universidade Federal do Rio Grande – FURG, bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID, subprojeto PIBID de História coordenado pela professora Doutora Derocina Alves Campos Sosa. Contato: leti.gabi@hotmail.com

** História Licenciatura - Universidade Federal do Rio Grande – FURG, bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID, subprojeto PIBID de História coordenado pela professora Doutora Derocina Alves Campos Sosa. Contato: paolaavila15@gmail.com



management, establishing a dialogue between the school and the community, with a solidarity and collective approach to the problems of the camp.

Keywords: Education in the Field. Doebe. Teaching History.

1. INTRODUÇÃO:

O processo de educação das comunidades rurais brasileiras, historicamente surge com descaso e abandono. A educação no Brasil, em sua gênese se fez para a elite econômica e intelectual deste país, excluindo pobres, negros e índios. A educação no campo ao longo da história brasileira foi ganhando atenção, mas a sua visibilidade maior neste processo se deu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96, que se pronuncia sobre a educação rural.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, art. 28, 1996)

Estas propostas para a educação rural estava enraizada na formação de mão-de-obra para o campo, não oferecendo outras oportunidades de enfoque educacional.

Mas a LDB trouxe abertura jurídica, governamentais para se dialogar sobre a política da educação rural, respeitando as particularidades do homem do campo. Outro fator de importância nas conquistas da educação do campo foram as lutas do Movimento Sem Terra. A precariedade das escolas itinerantes dos assentamentos/ acampamentos, e diversos outros fatores, nutriu lutas de pais, professores e lideranças do movimento para uma educação de qualidade.

As lutas da educação no campo estão longe de acabar, muito se tem a discutir, planejar e efetivar na educação rural. Se pensar realmente a que se propõe a educação no campo, formar uma mão –de- obra para as demandas do campo? Ou, existe uma discrepância em relação à escola urbana e a rural? O modelo urbano cabe ao espaço rural? Julgamos estas e outras indagações pertinentes para o desenvolvimento de políticas para as escolas rurais. Com este intuito, desenvolvemos esta pesquisa entre a realidade de uma escola rural, o documento de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo- DOEBEC, relato



de uma discente, e experiências próprias na escola analisada, tecendo análises da situação na escola analisada e as propostas, resoluções do DOEBEC.

2. O DOEBEC:

No dia 03 de Abril do ano de 2002, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica, apresentaram a resolução que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 12 de março de 2002. Para serem observadas nos projetos das variadas instituições que integram os sistemas de ensino.

Este documento traz de forma bem sucinta, diretrizes básicas a serem observadas nas escolas rurais. O documento fala que o poder público deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. O DOEBEC está com base na legislação educacional, constituindo um conjunto de princípios e procedimentos em harmonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O documento afirma que a identidade da educação do campo é constituída por questões inerentes à sua realidade. Sua identidade é ligada na sua temporalidade, saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva, nos seus movimentos sociais, entre outros. O documento também afirma que o Poder Público deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Segundo o Art. 4º:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (BRASIL, 2002)

A escola rural deve ser plural, além de preparar para a educação básica oferecidas nas escolas, deve se constituir em um espaço para a investigação e formação científica sobre o mundo de trabalho e articular conhecimentos sobre as demandas sociais e econômicas do seu espaço.

O documento prevê autonomia das escolas rurais em relação as propostas pedagógicas, mas esta autonomia devem esta orientada pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico. As escolas rurais deverão contemplar as suas diversidades em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos,



econômicos, de gênero, geração e etnia. É possível as escolas do campo, autonomia na organização do calendário escolar, pois conhece a realidade do meio em relação ao tempo (questões climáticas).

No Art. 6:

O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico. (BRASIL, 2002)

Vemos que é de responsabilidade de todos os órgãos de educação de nível federal à municipal o cumprimento das exigências das escolas rurais, garantindo a acesso a educação básica e de nível técnico as populações do campo.

No Art. 10:

O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade. (BRASIL, 2002)

Prevedo que as escolas rurais devem ter uma gestão democrática, este artigo propõem que as escolas devem estabelecer um diálogo entre a escola e a comunidade, com uma abordagem solidária e coletiva para os problemas do campo.

O DOEBEC no Art. 13. “Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo(…)” (BRASIL, 2002). Esta formação continuada deverá conter estudos a respeito da diversidade, protagonismo das crianças, dos jovens e os adultos do campo, organização do ensino, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática.

O financiamento da educação nas escolas do campo, segundo o Art. 14, será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil, segundo a Constituição Federal, no artigo 212. O Art. 15 Fala que é responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios observarem e sanarem todas as demandas das escolas rurais, no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores



apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais.

3. A ESCOLA MARIA ANGÉLICA CAMPELLO:

A Escola Municipal Maria Angélica Campello, está situada na zona rural da cidade do Rio Grande, mais especificamente no distrito do Taim, ao lado da Granja Quatro Irmãos¹. Na mesma encontramos uma grande disparidade de alunos, tanto em suas idades como também na condição financeira.

A escola tem uma estrutura bem organizada, com salas amplas e bem construída, há uma biblioteca e também uma sala de informática, aonde encontramos um dos maiores problemas da escola. A sala de informática conta com computadores novos, alguns até mesmo em caixas, mas e a internet é emprestada da granja, então quando a mesma não sede a internet para a escola não há a utilização dos computadores.

Na Escola Maria Angélica há a participação dos alunos de História da FURG, com o projeto Pibid, que tem como proposta, inserir alunos de licenciatura em escolas da rede pública de ensino, fazendo com que os mesmos aprendam o cotidiano das escolas, trazendo novas propostas de ensino que busquem a melhoria da aprendizagem. O projeto Pibid História leva essa proposta para as escolas situadas nos Zona Rural do município de Rio Grande/Rs, hoje o mesmo está atuando em três escola, mas trabalharemos apenas com a escola situada no distrito do Taim.

A proposta do Pibid foi bem recebida pela escola, recebemos total apoio da equipe pedagógica quanto dos gestores, as ideias de mudanças propostas à escola são sempre consideradas e quando há possibilidade e a real necessidade são atendidas de imediato.

4. RELAÇÃO ESCOLA E DOEBEC:

O DOEBEC garante aos estudantes da escola do campo o direito a uma escola de qualidade que não se diferencia em recursos a uma escola urbana, mas podemos perceber que na escola rural uma das maiores diferenças encontradas entre as mesmas é que na escola do campo ainda se presa o respeito à visão ao educador, aquele que desloca todos os dias para que seu filho possa ter o direito à educação.

¹ Granja 4 Irmãos. Unidade TAIM - Rio Grande – RS BR 471 - km 501 CEP: 96.221.000 Tel: +55 (53) 3277.9410. Uma empresa que está a mais de 60 (sessenta) anos no mercado, seus produtos são: arroz em casca, Soja, gado de corte e Leite. A sede da empresa está localizado no município de Rio Grande.



Outro fator importante que encontramos do documento analisado é a o direito que as escolas do campo têm em flexibilizar seu calendário escolar, mas percebemos tanto em nossas idas a instituição de ensino quanto na entrevista com a professora que esse calendário acaba por seguir os padrões impostos pela secretaria de educação.

A escola procura manter-se como um espaço aberto onde à instituição de ensino está intrinsecamente ligada a comunidade rural, mesmo a escola não alcançando este objetivo, busca a participação principalmente em momentos festivos, buscando o melhoramento da mesma e a comunicação ente a escola e a comunidade.

(...) No caso mais específico da área rural, além da baixa qualificação e salários inferiores ao da zona urbana, eles enfrentam, entre outras, as questões de sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldade de acesso à escola, em função das condições das estradas e falta de ajuda de custo para locomoção. (BOF, 2006, p. 35)

Como constamos na citação acima, normalmente a escolas rurais sofrem com a baixa qualificação de seus professores comparada a escola urbana. Na Escola Maria Angélica Campello um fator de grande destaque é que todos os professores presentes na mesma tem no mínimo a graduação, mas a grande maioria já se encontra com uma especialização, mestrado ou até mesmo doutorado. Mesmo com essa procura por uma maior qualificação por parte dos professores ainda não há uma especialização ou uma formação continuada, que vise a escola do campo e a atuação do professor, por parte dos órgãos públicos.

Um dos grandes problemas encontrados na escola é a fala da internet como relata a professora de história da mesma.

A escola possui um ótimo laboratório de informática e netbooks de ultima geração, entretanto não possuímos internet, pois apesar de a instalação dos roteadores ter sido concluída a prefeitura alega que ainda não conseguiu estender a cobertura da internet até o Taim (alegam que não existe sinal no local). Possuímos ainda: multimídias, som com cd , dvd, etc. (Professora de História da Escola Maria Angélica Campello)

Como podemos constar na fala acima citada, percebemos que está sendo negada aos alunos da mesma uma forma importante de pesquisa e desenvolvimento que é a internet. O que adianta uma escola equipada com os melhores aparelhos tecnológicos se lhes é limitado o uso? O DOEPEC garante que o Poder Público deve garantir às escolas rurais toda a estrutura necessária para as escolas, mas não é uma realidade que encontramos.

Outro ponto é a alegação feita pela prefeitura pela falta da mesma, a granja, como citamos anteriormente, tem acesso a internet, e as duas estão uma ao lado da outra, como há a



possibilidade de internet para um lugar e metros depois não há? “As escolas rurais apresentam características físicas bastante diferentes das escolas urbanas. Em termos dos recursos disponíveis, a situação da escola da área rural ainda é bastante carente.” (BOF, 2006, p.31), o que Alvana Maria Bof nos trás é uma triste realidade que encontramos nas escolas atualmente.

Já por outro lado a escola está bem assessorada financeiramente, a mesma apresenta uma ampliação para que possa assim atender melhor a comunidade, e também didaticamente onde há uma grande variedade de material para que os professores possam desenvolver sua aula da melhor forma possível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A escola Maria Angélica Leal Campello, podemos afirmar que ela constitui uma especificidade quanto a modelos de escolas do campo do nosso senso comum. O modelo que mais nos lembramos ao pensar em escolas do campo são escolas sucateadas, com professores desqualificados na posição que ocupam, falta de verba, falta de alimentação, transporte precário, falta de materiais e etc.

Porém a escola Maria Angélica possui um bom prédio, professores qualificados, mas não se encaixa como uma “escola modelo”. A falta de internet, por exemplo, já a desqualifica. Mas algo mais que podemos observar na escola Maria Angélica é que ela se apresenta nos moldes de uma escola urbana, somente localizada em um espaço rural.

Esta afirmação nos causa certa inquietação, e a afirmamos, pois a escola não se propõe como diz o DOEBEC a ser uma escola voltada às necessidades e as questões do campo. Nos causa inquietação, pois não sabemos realmente qual o papel da escola rural. Somente preparar os discentes para poder avançar nos conteúdos e séries escolares, ou além destes citados acima, preparar para as questões inerentes ao meio rural.

Ao refletirmos nesta inquietação, concluímos que primordialmente a escola rural deve interferir para a valorização do local em que está inserida. Problema este que notamos entre os alunos da escola Maria Angélica, que não enxergam a importância do local onde vivem. A escola deveria se voltar mais para a especificidade do Taim, de sua reserva ecológica, mostrando aos alunos a importância em cuidar deste ambiente, incorporá-lo à elaboração de projetos pedagógicos da escola.

A escola Maria Angélica Leal Campello necessita participar dos processos sociais do seu Distrito, se envolver e tomar parte nos temas que dizem respeito à sua comunidade.



(...) é evidente a necessidade do estabelecimento de uma política para a educação que valorize os profissionais da educação no campo e na cidade. É oportuno destacar a necessidade de ações efetivas focadas na expansão do quadro, formação profissional adequada, formação continuada considerando projetos pedagógicos específicos e uma melhoria salarial que estimule a permanência dos profissionais qualificados em sala de aula. (BOF, 2006, p. 42)

A escola do campo deve fazer com que os educandos compreendam a dinâmica sócio econômica do espaço onde atuam, sendo a Escola Maria Angélica uma escola Municipal, em questionário a Professora relatou que não tem ciência de um Programa de Formação Continuada específica para professores do meio rural.

Por fim, analisamos que os problemas presentes na escola rural, advêm da falta de diálogo, por sua formação de certa forma recente, por ausência de políticas mais consistentes. Especificamente na escola Maria Angélica a ausência de reivindicações sociais. Essas ausências constituem a mais uma escola localizada no meio rural, que ainda está aprendendo a ser uma escola do campo.

6. REFERENCIAS:

BOF, Alvana Maria, Org., SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno et al. **A educação no Brasil Rural**. Brasília : Inep, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2002.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **Das políticas ao cotidiano: entaves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 549-564, jul./set. 2010.

CHRISPINO, Alvaro, **Ensino Público Gratuito: Flexibilidades e Desvios**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 217-234, abr./jun. 2005.

DE CARVALHO, José Sérgio F. **A qualidade de ensino vinculada à democratização do acesso à escola**. Estudos avançados 21 (60),2007.

DE SOUZA, Maria Antônia. **Educação no campo: Políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. **A construção de indicadores de qualidade no campo da avaliação educacional: um enfoque epistemológico**. Revista Lusófona de Educação, 2010,15, 71-97.



GRACINDO, Regina Vinhaes elaboração.. [et. al.]. **Conselho Escolar e a educação do campo** / –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.91p. : il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares ; 9)

MACHADO, Carlos RS. **A (in)sustentabilidade da qualidade e da gestão democrática na educação brasileira**. O público e o privado - Nº 19 - Janeiro/Junho – 2012.

PINTO, Fátima Cunha Pereira; GARCIA, Vanessa Coelho; LETICHEVSKY, Ana Carolina. **Pesquisa Nacional na Educação: a escola publica na opinião dos pais**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro. V.14, n:53, p. 527-542, out./dez. 2006.

Disponível em: <http://www.granjas4irmaos.com.br/>, acesso em 28/07/2013.

7. ANEXO:

Entrevista com a professora de História da Escola Maria Angélica Campello.

- 1) Qual a diferença que tu percebe entre trabalhar em uma Escola Rural para uma Escola Urbana?

As Escolas Urbanas e Rurais hoje me dia, não possuem diferenças tão gritantes, visto que as tecnologias chegam aos lugares mais remotos, ainda que com algumas falhas. Mas se faz necessário ressaltar que uma coisa ainda é bastante diferente entre elas: no campo, ainda existe um certo respeito à condição do professor. Os pais, geralmente, valorizam mais o sacrifício dos profissionais que viajam todos os dias para ensinar seus filhos.

- 2) Segundo o DOEBEC a Escola do Campo deve ter flexibilidade na organização do seu calendário escolar, o ano letivo poderá ser estruturado independente do ano civil. A Escola Maria Angélica possui essa autonomia? Ou seu calendário segue o das Escolas Urbanas? Se não você percebe essa necessidade de autonomia desse calendário?

Na Escola seguimos o mesmo calendário das escolas urbanas, mas temos autonomia para modificarmos algumas datas e horários em virtude da distância da escola em relação ao centro da cidade.

- 3) As propostas pedagógicas da escola estão articuladas com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a etapa básica da educação?

Sim, as propostas pedagógicas estão de acordo com as leis vigentes para educação básica.

- 4) O processo de ensino de ensino da Escola Maria Angélica constitui mecanismos que estabelecem relações entre a escola e a comunidade local?

Sempre que possível procuramos relacionar a escola e a comunidade com atividades diversas. Os pais e comunidade em geral sempre são convidados para as festividades e ações sociais



que a escola promove. Além de diversas atividades que os alunos realizam e que sempre procuramos envolver os pais.

- 5) Os professores da Escola Maria Angélica possuem qualificação mínima (graduação) para o exercício de suas funções?

Sim, a maioria possui inclusive especialização e/ou mestrado. Uma professora está concluindo o doutorado e uma ingressou no mestrado recentemente.

- 6) Existe no município algum programa de formação complementar para professor de Escolas Rurais?

Até hoje não me foi informado que o município ofereça algum tipo de formação específica ao professor de escola rural.

- 7) O DOEBEC prevê o acesso ao avanço científico e tecnológico A escola possui acesso a internet e outras tecnologias?

A escola possui um ótimo laboratório de informática e netbooks de ultima geração, entretanto não possuímos internet, pois apesar de a instalação dos roteadores ter sido concluída a prefeitura alega que ainda não conseguiu estender a cobertura da internet até o Taim (alegam que não existe sinal no local). Possuímos ainda: multimídias, som com cd , dvd, etc.

- 8) O município repassa as verbas necessárias para a manutenção de forma adequada para a escola?

Sim. A Escola recebe verbas para manutenção e neste momento está sendo ampliada para melhor atender a comunidade e recebendo adaptações para receber alunos portadores de deficiência física.

- 9) A escola é atendida de forma adequada em relação aos seus materiais didáticos e equipamentos?

Com certeza. Recebemos vários materiais e os professores podem utilizados à vontade.

- 10) Como se dá o processo de deslocamento de alunos e professores?

Deslocamos-nos em ônibus de empresas locais e os alunos que moram em localidades mais distantes, são transportados por vans da prefeitura.

Recebido em Julho de 2013
Aprovado em Agosto de 2013